



**Cellera Farmacêutica S.A.**  
CNPJ nº 33.173.097/0002-74

cellerafarma.com.br



## Relatório da Administração

**1. Sobre a Companhia: 1.1. Aos Acionistas:** A Administração da Cellera Farmacêutica S.A. ("Cellera" e/ou "Companhia"), nos termos das disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, individuais e consolidadas, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. **Mensagem da Administração:** A Cellera comemora seu 8º aniversário em 2025 alcançando uma evolução muito importante na performance de suas operações. Fundada em 2017, a Companhia tem demonstrado um histórico de crescimento consistentemente. Segundo informações da Abafarma/IQVIA o mercado farmacêutico cresceu 11% em 2025. Em 2025 a Companhia continua com seu crescimento, a receita líquida da companhia foi de R\$ 648,7 milhões, crescendo 9% em margem líquida que correspondem a R\$ 22 milhões em relação a 2024, refletindo a melhor estrutura dos resultados operacionais. O destaque nos contratos é a anualização dos contratos iniciados em 2024 com a Aché e a Servier. Os produtos de prescrição da Cellera também apresentaram crescimento importante com destaque para o Pamelor, mas também pela expansão em outras marcas consolidadas como: Tylex, Convivia, Benerva, entre outros. A Companhia manteve desempenho operacional consistente em 2025, sustentado pela captura de ganhos de escala, disciplina financeira e amadurecimento das iniciativas implementadas nos exercícios anteriores. O EBITDA ajustado alcançou R\$ 81,5 milhões, com margem EBITDA ajustada de 12,6% sobre a Receita Líquida, reforçando a trajetória de evolução operacional. Esse desempenho possibilitou a reversão do prejuízo apurado no exercício anterior, com a Companhia registrando lucro líquido de R\$ 5,8 milhões em 2025, refletindo a melhor estrutura dos resultados e maior previsibilidade financeira. **EBITDA e EBITDA AJUSTADO:**

(R\$ em milhões) (consolidado)	2024	2025
Prejuízo/Lucro líquido do exercício	(41,8)	5,8
(+) IRPJ e CSLL	(4,8)	(4,6)
(+) Resultado Financeiro Líquido	85,5	75,0
(+) Amortizações / Depreciações	21,0	19,0
<b>EBITDA Consolidado</b>	<b>59,9</b>	<b>95,2</b>
(+) Deságio de ICMS (nota 25)	(0,8)	4,0
(+) Gastos com Reestruturação (nota 25)	-	0,5
(+) Despesas com Litígio (Contrato de Parceria) (nota 21)	2,7	2,2

(R\$ em milhões) (consolidado)	2024	2025
(+) Baixa de ICMS a recuperar - ADC 49 (nota 25)	14,9	(14,9)
(+) Doações recuperação calamidade RS	1,2	-
(+) Despesas líquidas com transferência do CD para ES	0,1	-
(+) Créd. da exclusão ICMS base PIS e COFINS (nota 25)	-	(5,5)
<b>EBITDA Consolidado Ajustado<sup>1</sup></b>	<b>78,1</b>	<b>81,5</b>

<sup>1</sup>A Companhia passa a fazer a reconciliação do EBITDA Consolidado com o EBITDA Consolidado Ajustado. O EBITDA Consolidado Ajustado engloba ajustes de despesas não recorrentes. Ao final do exercício de 2025, a Cellera contava com 502 colaboradores diretos. A composição por gênero do quadro total reflete um perfil favorável à representatividade feminina: 55% dos colaboradores são mulheres e 45% são homens. A Companhia mantém política de gestão de pessoas orientada ao desenvolvimento de competências (em 2025 foram mais de 230 movimentações de reconhecimento de competências) e 45% do seu quadro foi impactado), retenção de talentos e promoção de um ambiente de trabalho seguro, ético e inclusivo. No exercício de 2025, foram realizados treinamentos, programas de capacitação e melhorias de processos, indicadores de rotatividade e outros indicadores relevantes de capital humano. A Administração reafirma seu compromisso com as boas práticas de relações trabalhistas e o cumprimento integral da legislação aplicável, inclusive na obrigatoriedade da Lei nº 14.611/2023. A Cellera assume um compromisso sólido com a saúde pública e a sustentabilidade ambiental. Como empresa do setor farmacêutico, entendemos que nossa responsabilidade vai além da entrega de medicamentos de qualidade, abrangendo todo o ciclo de vida dos produtos, desde a fabricação até o descarte final ambientalmente adequado. Nesse contexto, adotamos práticas estruturadas para garantir o descarte correto de medicamentos e embalagens, tanto por meio de processos internos em nossa unidade fabril quanto pela participação em programas de logística reversa, em conformidade com a legislação ambiental e os princípios da economia circular. No exercício de 2025, a Companhia manteve iniciativas concretas nos programas ambientais, com mais de 109 toneladas de materiais reciclados e destinação rastreada, conduziu análises em todas as operações com objetivo de redução no consumo de energia e água, realizou ações sociais junto à comunidade (arrecadação de alimentos para instituições e Semana do Meio Ambiente) e manteve

treinamentos semanais com pílulas de conhecimento sobre segurança, abrangendo atenção, saúde mental, prevenção e atuação em emergências. A Administração está comprometida com a evolução contínua das práticas de ESG, em alinhamento com as melhores referências do setor e com as crescentes exigências regulatórias. A Companhia mantém estrutura de governança corporativa compatível com seu porte e estágio de desenvolvimento, composta por Conselho de Administração e Diretoria Executiva, conforme dispõem seus atos constitutivos e a Lei nº 6.404/76. No exercício de 2025, o Conselho de Administração reuniu-se mensalmente, deliberando sobre as principais diretrizes estratégicas, aprovação do orçamento anual, avaliação de desempenho da Diretoria e acompanhamento dos principais indicadores operacionais e financeiros da Companhia. A dívida líquida consolidada da Companhia ao final do exercício de 2025 era de R\$ 247,4 milhões, composta essencialmente por debêntures emitidas no âmbito do programa de financiamento de longo prazo da Companhia. O resultado financeiro líquido apurado no exercício foi de R\$ 75 milhões (2024: R\$ 85 milhões), refletindo o custo do endividamento ao longo do período. A Companhia segue ativa na identificação e captura de oportunidades no mercado, com parcerias em estágio avançado de negociação junto a relevantes players do setor farmacêutico, bem como na aquisição de portfólios estratégicos. Essas iniciativas estão alinhadas à estratégia de expansão das operações, com foco na ampliação de escala, otimização da estrutura de custos e melhoria sustentável das margens, reforçando a trajetória de crescimento e geração de valor. A Companhia, apoiada pelas novas aquisições e parcerias estratégicas em andamento, projeta para 2026 uma continuidade do seu ciclo de crescimento, com expansão relevante da receita líquida e evolução consistente do EBITDA ajustado. Esse movimento reflete o amadurecimento das iniciativas implementadas, o ganho de escala operacional e a consolidação do modelo de negócios, posicionando a Companhia para crescer em linha - ou acima - da dinâmica do mercado farmacêutico, cujos indicadores apontam para um cenário favorável de expansão. A Cellera segue se consolidando como a melhor plataforma de negócios para a indústria farmacêutica, oferecendo performance e governança para seus parceiros e comprometida com a rentabilidade, sustentabilidade. Sempre atuando de forma ágil e inovadora. **A Administração.**

### DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)		Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)			
Ativo Circulante	Notas	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	8	2.025	11.618	9.179	30.903
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	9	57.625	47.011	170.535	164.780
Instrumentos financeiros derivativos		314	2.059	314	2.059
Estoque	10	40.976	42.374	71.000	83.469
Impostos a recuperar	11	14.971	10.759	15.376	38.027
IRPJ e CSLL a recuperar	22	599	586	858	775
Adiantamentos a fornecedores		798	6.438	885	6.461
Outros ativos	12	2.114	3.122	2.873	5.402
Mútuo a receber de partes relacionadas	13	20.249	15.638	-	-
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>139.672</b>	<b>139.605</b>	<b>271.019</b>	<b>331.876</b>
<b>Ativo não circulante</b>					
Impostos a recuperar	11	14.297	14.713	35.649	35.908
IRPJ e CSLL diferidos	22	584	-	4.609	-
Outros ativos	12	17.609	14.962	17.873	15.150
Mútuo a receber de partes relacionadas	13	-	-	-	-
Conta corrente a receber de partes relacionadas	13	137.824	141.097	-	-
<b>Total do realizável a longo prazo</b>		<b>170.314</b>	<b>170.772</b>	<b>58.131</b>	<b>51.058</b>
Investimentos	14	-	452	-	-
Imobilizado	15	69.259	66.489	77.523	66.755
Intangível	16	83.848	91.238	96.269	103.890
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		153.107	158.179	173.792	170.645
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>323.420</b>	<b>328.951</b>	<b>231.923</b>	<b>221.704</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>463.093</b>	<b>468.556</b>	<b>502.942</b>	<b>553.580</b>
<b>Passivo e patrimônio líquido circulante</b>					
Fornecedores e outras contas a pagar	17	41.524	47.493	93.662	124.316
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	261.849	41.060	245.148	41.060
Passivo de arrendamento	20	426	3.969	4.487	3.968
Impostos e contribuições a recolher		6.602	6.658	8.061	8.081
Salários, encargos e férias a pagar	19	7.585	6.300	13.289	10.047
Adiantamento de clientes		89	-	89	28
Provisões diversas		4.475	1.641	6.100	2.112
Instrumentos financeiros derivativos	28	7	-	7	-
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>322.557</b>	<b>107.121</b>	<b>370.843</b>	<b>189.612</b>
<b>Ativo não circulante</b>					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	1.700	237.659	1.700	237.659
Passivo de arrendamento	20	246	3.885	5.200	3.885
Impostos e contribuições a recolher		6.590	12.819	8.585	15.352
Provisão para processos judiciais	21	3.426	1.890	3.426	1.890
Provisão para passivo descoberto em controlada	14	15.386	-	-	-
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>27.347</b>	<b>256.253</b>	<b>18.911</b>	<b>258.786</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>349.904</b>	<b>363.374</b>	<b>389.754</b>	<b>448.398</b>
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital Social	24	490.426	490.426	490.426	490.426
Reserva de capital		17.938	15.554	17.938	15.554
Prejuízos acumulados		(395.175)	(400.798)	(395.175)	(400.798)
<b>Total do Patrimônio líquido</b>		<b>113.189</b>	<b>105.182</b>	<b>113.188</b>	<b>105.182</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>463.093</b>	<b>468.556</b>	<b>502.942</b>	<b>553.580</b>

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**1. Contexto operacional:** A Cellera Farmacêutica S.A. ("Companhia" e/ou "Cellera") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Alameda Capovilla, nº 129, Bairro Recreio Capreste, na Cidade de Indaiatuba, Estado de São Paulo, Brasil, e com filiais na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e na Cidade de Varginha, Estado de Minas Gerais e na cidade Serra, no Espírito Santo. As demonstrações financeiras da Cellera abrangem a Companhia e sua subsidiária Cellera Consumo Ltda. (conjuntamente referidas como "Grupo"). O Grupo fabrica e comercializa produtos farmacêuticos e afins; fabricação e comercialização de produtos químicos; fabricação e comercialização de produtos de higiene, perfumes, cosméticos e tocador; fabricação e comercialização de produtos alimentícios; fabricação e comercialização de produtos para saúde e a importação dos produtos ora mencionados. **1.1 Entidade Controlada:** A Companhia controla a subsidiária integral Cellera Consumo Ltda. ("Cellera Consumo"), adquirida em 18 de julho de 2017, localizada na Cidade de Itapevi, Estado de São Paulo e filiais no Estado de Minas Gerais e no Estado de Espírito Santo, dedicando-se às atividades de comercialização e distribuição de determinados produtos farmacêuticos, de higiene, cosméticos e outros. A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 31 de março de 2026. **1.2 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2025: (a) Reforma tributária sobre o consumo:** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (EC) no 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS)), que substituirá o PIS e o COFINS, e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços (IBS)), que substituirá o ICMS e o ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo (IS) - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar. Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro Projeto de Lei Complementar (PLP) no 68/2024, que regulamenta parte da Reforma. O PLP no 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar no 214/2025. Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS) tenha sido inicialmente tratada no PLP no 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, já aprovado no Congresso Nacional e aguardando sanção presidencial, parte da tratativa já foi incorporada e disposta na citada LC no 214/2025. Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Conseq

Demonstrações de resultados		Demonstração dos Fluxos de Caixa			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)		Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)			
Notas	Controladora		Consolidado		
	2025	2024	2025	2024	
Receita	25	217.102	231.016	648.735	638.291
Custo dos produtos vendidos	26	(142.569)	(146.746)	(403.475)	(414.474)
<b>Lucro bruto</b>		<b>74.534</b>	<b>84.270</b>	<b>245.260</b>	<b>223.817</b>
Despesas com vendas	26	(44.469)	(50.194)	(121.782)	(119.333)
Despesas administrativas e gerais	26	(24.816)	(54.666)	(66.170)	(51.383)
Perda por redução ao valor recuperável do contas a receber	9	1.710	(2.638)	1.469	(3.709)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	26	20.439	(8.428)	17.446	(10.545)
<b>Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos</b>		<b>27.396</b>	<b>(31.656)</b>	<b>76.222</b>	<b>38.847</b>
Receitas financeiras	27	9.330	21.922	5.284	4.603
Despesas financeiras	27	(16.146)	(39.110)	(80.321)	(90.124)
<b>Despesas financeiras líquidas</b>		<b>(6.816)</b>	<b>(17.188)</b>	<b>(75.038)</b>	<b>(85.521)</b>
Participação nos lucros (prejuízos) em controlada por equivalência patrimonial, líquida de impostos	14	(15.371)	308	-	-
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b>5.209</b>	<b>(48.536)</b>	<b>1.184</b>	<b>(46.843)</b>
IRPJ e CSLL	22	584	6.709	4.609	4.847
<b>Lucro líquido (prejuízo) do exercício</b>		<b>5.793</b>	<b>(41.827)</b>	<b>5.793</b>	<b>(41.827)</b>

Demonstração dos Fluxos de Caixa		Demonstração dos Fluxos de Caixa		
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)		Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)		
Notas	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>				
<b>Lucro líquido (prejuízo) do exercício</b>		<b>5.793</b>	<b>(41.827)</b>	<b>5.793</b>
Ajustes ao resultado do exercício				
Resultado da controlada reconhecido por equivalência patrimonial	14	15.371	(308)	-
Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa	9	1.710	(2.638)	1.470
Provisão de perda dos estoques	10	2.035	1.851	(1.562)
Depreciação e amortização	26	14.574	21.029	16.313
Baixa do ativo imobilizado e intangível		3.131	1.424	(3.289)
Provisão de ICMS a recuperar líquido - ADC 49	26	(13.587)	13.587	13.587
Provisão para processos judiciais	21	1.536	1.788	1.536
Juros passivos sobre empréstimos, financiamentos, nota comercial e debêntures, líquidos dos juros ativos com conta corrente com parte relacionada na controladora	18	22.499	26.197	64.529
Juros passivos sobre arrendamentos		(756)	3.786	1.743
Juros passivos sobre fornecedores		(1.688)	-	(2.683)
Variação cambial sobre empréstimos	18	(2.767)	-	(2.767)
Ir sobre empréstimos	18	678	-	678
Juros ativos sobre mútuo com partes relacionadas	13	(4.612)	(17.712)	-
Instrumentos financeiros derivativos		1.745	(2.251)	1.752
IRPJ e CSLL	22	(584)	6.496	(4.608)
<b>Total</b>		<b>45.078</b>	<b>16.698</b>	<b>92.492</b>

Demonstração dos Fluxos de Caixa		Demonstração dos Fluxos de Caixa		
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)		Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)		
Notas	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
<b>Fluxo líquido (prejuízo) do exercício</b>		<b>5.793</b>	<b>(41.827)</b>	<b>5.793</b>
Outros resultados abrangentes		-	-	-
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>		<b>5.793</b>	<b>(41.827)</b>	<b>5.793</b>

quentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 da Cellera Farmacêutica S.A. **2. Base de Preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciando todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão resumidas na Nota 6. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos), tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. Os ativos mantidos para a venda são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda. A mensuração de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 5. **3. Continuidade operacional:** O Grupo desconhecemos um lucro líquido de R\$ 5.794 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (prejuízo de R\$ 41.827 em 2024), e, nessa data, possuía um prejuízo acumulado de R\$ 395.175 (R\$ 400.798 em 2024), apresenta um fluxo de caixa operacional positivo de R\$ 90.770 (R\$ 73.326 positivo em 2024) e apresenta um capital circulante líquido negativo de R\$ 99.824 (positivo de R\$ 142.265 em 2024). A partir de 2023, o Grupo junto com a Secretária da Fazenda do Estado de São Paulo e de Minas Gerais firmaram acordo de regime especial e não haverá mais acúmulo de saldo credor de ICMS referente a operação de Distribuição de Medicamentos nesses Estados. O Grupo tem como plano de recuperabilidade utilizar esse saldo credor para pagamento a fornecedores de matéria prima, material de embalagem, energia elétrica, ativo imobilizado, ativo intangível e cessão de parte dos créditos a terceiros através de uma operação comercial de compra e venda. A Companhia realizou a venda de R\$ 41.423 dos seus créditos de ICMS ao longo de 2024 e mais R\$ 30.978 em 2025. O Grupo encerrou o exercício de 2025 com crescimento de 2% nas vendas consolidadas líquidas em relação ao ano anterior. Após um ciclo relevante de expansão estratégica em 2024, marcado pela aquisição do direito de uso do Tylex, pelo contrato de promoção e distribuição de produto focado em SNC com a Servier e pelo contrato de clone para utilização da formulação do produto Tandene para a marca Tandrix, com produção na planta da Cellera em parceria com a Aché, o exercício de 2025 foi direcionado à consolidação dessas iniciativas. Nesse contexto, a Companhia priorizou a captura de ganhos de escala, o fortalecimento da disciplina financeira, a otimização da estrutura operacional e o amadurecimento dos contratos e processos implementados nos exercícios anteriores, assegurando maior previsibilidade, eficiência e sustentabilidade dos resultados. Considerando o capital circulante líquido negativo apresentado em 31 de dezembro de 2025, a Administração monitora continuamente a posição de liquidez e mantém plano financeiro voltado à gestão das obrigações de curto prazo. Esse plano contempla, entre outras medidas, a geração de caixa operacional e a monetização de créditos tributários acumulados. Adicionalmente, a Administração está conduzindo negociações com instituições financeiras de primeira linha para o refinanciamento dos instrumentos de dívida atualmente em circulação, com estrutura que prevê o alongamento e a reorganização do perfil da dívida e maior flexibilidade financeira para suportar e operacionalizar os novos lançamentos, que acontecerão no primeiro trimestre, de produtos e a compra de estoques relacionados às novas

alianças, a Administração mantém a intenção de realizar novos empréstimos e financiamentos e possui linhas de crédito pré-aprovadas com os bancos. Para a quitação da debenture ao final do 1º trimestre a Companhia está em trâmite para uma nova captação. Com base nas projeções de fluxo de caixa preparadas pela Administração, que consideram o desempenho operacional esperado, a geração de caixa das operações e possíveis disponibilizações de linhas de crédito, a Administração acredita que o pagamento das suas obrigações ocorrerá conforme planejado e que os recursos gerados serão suficientes para atender aos compromissos financeiros no curso normal dos negócios. Em março de 2026, ocorreram dois eventos relevantes descritos na Nota Explicativa nº 28: (i) a assinatura de Contrato de Compra e Venda de Ações (Share Purchase *continua*

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 02/04/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)



continuação \*

Agreement - "SPA") entre a VSP24 - FIP - Empresas Emergentes ("Controlador") e a BECARIL S.A., subsidiária do Laboratório Elea Phoenix S.A. (Grupo Elea, Argentina), para alienação da participação da Controladora na Companhia, com fechamento pendente de aprovações regulatórias; e (ii) a cessão das debêntures emitidas pela Companhia, anteriormente detidas pela Lumina Capital Management para a BECARIL S.A., com alongamento de vencimento por 12 meses. Essas operações adequam o perfil de endividamento e suportam a continuidade operacional da Companhia. Dessa forma, a Administração concluiu que não existem incertezas materiais que possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade do Grupo de continuar operando em continuidade operacional.

**4. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**5. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração fez julgamentos e estimativas sobre o futuro, que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

**A) Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2025 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa 11 - Impostos a recuperar: A Companhia mantém um tema de repercussão geral relativo ao ADC 49, a nota com resumo sobre o tema está na nota 11; e
- Nota Explicativa 15 - Teste de redução ao valor recuperável dos imobilizados: teste de impairment dos bens móveis e imóveis; e
- Nota Explicativa 16 - Teste de redução ao valor recuperável do ágio: principais premissas em relação aos valores recuperáveis; e
- Nota Explicativa 21 - Provisão para processos judiciais: principais premissas em relação aos valores recuperáveis; e

**B) Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. O Grupo estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de nível 3, com reporte direto ao diretor financeiro. A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos das normas CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Questões significativas de avaliação são reportadas para o Comitê de Auditoria, Finanças e Compliance do Grupo. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preço);
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na seguinte nota explicativa:

**Nota Explicativa 28 - Instrumentos financeiros.**

**6. Políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis materiais descritas têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

**A) Base de consolidação:** *i. Controlada:* A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que ele deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora, as informações financeiras da controlada são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

*ii. Perda de Controle:* Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, o Grupo deixa de reconhecer os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

*iii. Transações eliminadas na consolidação:* Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas (exceto para ganhos ou perdas de transações em moeda estrangeira) não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

**B) Moeda estrangeira:** *i. Transações em moeda estrangeira:* Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de variação cambial resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos são reconhecidos na demonstração de resultados.

*ii. Receita de contratos com clientes:* A receita do Grupo deriva principalmente das vendas de medicamentos, alimentos, cosméticos e da prestação de serviços de industrialização. As receitas decorrentes de venda de produtos são reconhecidas quando o Grupo cumpre a obrigação de desempenho firmada com o cliente e transfere o controle do bem ao cliente, que se dá substancialmente no ato da entrega do produto, confirmada com o aceite do cliente. As receitas oriundas da prestação de serviços de industrialização são reconhecidas à medida em que os serviços são prestados, com base no grau de realização da obrigação de desempenho, observando-se as condições contratuais estabelecidas com os clientes.

**C) Benefícios a empregados:** *i. Benefícios de curto prazo a empregados:* Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

**D) Receitas e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras do Grupo compreendem substancialmente: receitas de juros sobre aplicações financeiras; despesas de juros; e ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

**E) IRPJ e CSLL:** O IRPJ e a CSLL do exercício corrente e diferido são calculados com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para IRPJ, e na alíquota de 9% sobre o lucro tributável para CSLL sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL limitada a 30% do lucro tributável do exercício. A despesa com IRPJ e CSLL compreende os impostos de renda e CSLL correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados aos itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

*i. Despesa de IRPJ e CSLL corrente:* A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste ao imposto a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estima-

tiva do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

*ii. Receitas e despesas de IRPJ e CSLL diferidos:* Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de IRPJ e CSLL diferidos. O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios no momento da transação E (i) não afeta o lucro ou prejuízo contábil ou tributável e (ii) não dá origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais; diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que o Grupo seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e
- diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

**F) Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção, bem como outros custos incorridos em trazê-los à sua localização e condição existentes. O valor realizável líquido é o preço estimado pelo qual os estoques podem ser realizados no curso normal dos negócios, deduzidos dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas. As provisões para estoques vendidos ou obsoletos em baixa movimentação considerados são reconhecidas quando necessário pela Administração.

**G) Imobilizado:** *i. Reconhecimento e mensuração:* Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

*ii. Custos subsequentes:* Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

*iii. Depreciação:* A depreciação reflete o padrão de consumo pelo Grupo dos benefícios econômicos futuros, e é calculada para os itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, pelo método linear, baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

	Anos
Edificações	49
Máquinas e equipamentos	2 - 21
Móveis e utensílios	4 - 20
Instalações	5 - 20
Equipamentos de informática	5 - 12

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

**H) Ativos intangíveis e ágio:** *i. Reconhecimento e mensuração:* (i) **Ágio:** O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. (ii) **Marcas registradas e licenças:** As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente as licenças, avaliadas com vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização das licenças é calculada pelo método linear para alocar o seu custo durante sua vida útil estimada de 10 anos. O licenciamento da marca "Tylex" com a Janssen Cilag possui uma vida útil definida de 20 anos. As marcas estão avaliadas com vida útil indefinida, e, portanto, não são amortizadas, no entanto o valor recuperável é testado anualmente. (iii) **Softwares:** As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos.

**I) Instrumentos financeiros:** *i. Reconhecimento e mensuração inicial:* Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR (valor justo por meio do resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contrato a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

*ii. Classificação e mensuração subsequente:* **Ativos financeiros:** O reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: **a)** é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; **b)** seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros. O reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descaçamento contábil que de outra forma surgiria.

**Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

**Ativos financeiros a custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

**Ativo financeiro a VJR:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

**Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente, ganhos e perdas:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

*iii. Desreconhecimento:* **Ativos financeiros:** O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando: Os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que: **a)** substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou **b)** o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e não retém o controle sobre o ativo financeiro. O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos os riscos e benefícios dos ativos reconhecidos nos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

**Passivos financeiros:** O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são

substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

*iv. Compensação:* Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**Instrumentos financeiros derivativos:** O Grupo mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso o contrato principal não seja um ativo financeiro e certos critérios sejam atingidos. Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado. O Grupo designa certos derivativos como instrumentos de hedge para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa associada a transações previstas altamente prováveis, resultantes de mudanças nas taxas de câmbio.

**J) Redução ao valor recuperável (impairment):** *i. Ativos financeiros não derivativos:* **Instrumentos financeiros:** O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: **a)** Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ("caixa e equivalentes de caixa" e "contas a receber de clientes e outros recebíveis"). O Grupo mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses: Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial; e **b)** Ativos financeiros para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking). O Grupo presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso. O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando: **a)** pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito ao Grupo, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou **b)** O ativo financeiro estiver vencido há mais de 60 dias. O Grupo considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de "grau de investimento". As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro; e **c)** As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito.

**Mensuração das perdas de crédito esperadas:** As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos do Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

**Ativos financeiros com problemas de recuperação:** Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: dificuldades financeiras significativas do devedor; quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais; a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. **Baixa:** O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos.

*ii. Ativos não financeiros:* Em cada data de reporte, o Grupo revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto estoques e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio e intangíveis de vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGCs), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

**K) Provisões:** Provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente em consequência de um evento passado e é provável que benefícios econômicos sejam exigidos para liquidar a obrigação em montante que possa ser estimado de forma confiável.

**Provisão para processos judiciais:** O Grupo é parte de alguns processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as demandas referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a demanda e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas considerando alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados nem divulgados. Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

**L) Arrendamentos:** No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

*i. Como arrendatário:* No início ou na modi-

cação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, o Grupo optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizá-los como componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na incidência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento reversivo fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso e o registro no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

**Arrendamentos de ativos de baixo valor:** O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

**M) Mensuração do valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). Uma série de políticas contábeis e divulgações do Grupo requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros. Quando disponível, o Grupo mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado em um mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, o Grupo utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, o Grupo mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação, ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se o Grupo determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado em um mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado em uma técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado em uma base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

**7. Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor:** As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2025. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **Alterações ao CPC 48 e CPC 40 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros:** em dezembro de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 (CPC 48) - "Instrumentos Financeiros" e IFRS 7 (CPC 40) - "Instrumentos Financeiros: Evidenciação" para responder a questões práticas recentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis a empresas em geral e não apenas a instituições financeiras. As alterações: **a)** esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa; **b)** esclarecem e adicionam orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de somente pagamento de principal e juros ("SPPI test"), incluindo situações de ocorrência de um evento contínuo; **c)** adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG); e **d)** atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI"). As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras. **CPC 51 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** essa nova norma contábil substituirá o IAS 1 (CPC 26 (R1)) - "Apresentação das Demonstrações Contábeis", introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o CPC 51 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras. A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Companhia. A partir de uma avaliação preliminar realizada, os seguintes impactos potenciais foram identificados: Embora a adoção do CPC 51 não tenha impacto no lucro líquido do Grupo, espera-se que o agrupamento de itens de receitas e despesas na demonstração do resultado nas novas categorias tenha impacto em como o resultado operacional é calculado e divulgado. Os itens de linha apresentados nas demonstrações financeiras primárias podem mudar como resultado da aplicação dos princípios aprimorados sobre agregação e desagregação. Além disso, como o ágio deverá ser apresentado separadamente no

continuação \*

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 02/04/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)



continuação \*

balanço patrimonial, o Grupo desagregará o ágio e outros ativos intangíveis e os apresentará separadamente no balanço patrimonial. O Grupo não espera que haja mudança significativa nas informações que são atualmente divulgadas nas notas explicativas, uma vez que o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado; no entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação. Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para: (i) medidas de desempenho definidas pela administração; (ii) abertura da natureza de determinadas linhas de despesas apresentadas por função na categoria operacional da demonstração de resultado; e (iii) para o primeiro ano de aplicação do CPC 51, uma reconciliação para cada linha da demonstração de resultado entre os valores reapresentados pela aplicação CPC 51 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação do IAS 1 (CPC 26 (R1)). No que se refere à demonstração dos fluxos de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento. A nova norma tem vigência a partir de 1 de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas de acordo com o CPC 51. Não se espera que essas novas normas e alterações de normas tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Não há outras normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) ou interpretações IFRIC que ainda não tenham entrado em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo. **8. Caixa e equivalentes de caixa:**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Banco e caixa (i)	761	1.424	3.056	6.549
Aplicações financeiras (ii)	1.264	10.194	6.123	24.354
<b>Total</b>	<b>2.025</b>	<b>11.618</b>	<b>9.179</b>	<b>30.903</b>

(i) Os saldos em Banco e Caixa são para obrigações de curto prazo e não existe expectativa para utilização em investimentos ou outros propósitos. (ii) Referem-se a fundos de renda fixa e fundos referenciados DI(s), remunerados a taxas que estão entre 100% da variação do CDI, com liquidez diária, em 2024. Em 2025, referem-se à remuneração "floating" pelo saldo médio mantido em conta corrente, remunerados a taxas que estão entre 85% da variação do CDI, com liquidez diária. Esses investimentos não estão sujeitos a nenhum risco de perda do valor principal aplicado.

**9. Contas a receber de clientes e outros recebíveis:**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Contas a receber de clientes	37.641	40.575	176.344	172.059
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 14)	24.482	12.644	-	-
(-) Perda estimadas com crédito de liquidação duvidosa	(4.498)	(6.208)	(5.809)	(7.279)
<b>Total</b>	<b>57.625</b>	<b>47.011</b>	<b>170.535</b>	<b>164.780</b>

A exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras é o valor contábil de cada faixa de idade de vencimento. A lista de contas a receber de clientes por idade de vencimento é apresentada a seguir:

	Controladora			
	Terceiros		Partes relacionadas (i)	
	2025	2024	2025	2024
A vencer	31.398	35.700	24.482	12.644
Vencidas:				
De 1 a 30 dias	673	3.190	-	-
De 31 a 60 dias	95	4	-	-
De 61 a 90 dias	85	6	-	-
Acima de 90 dias	5.390	1.675	-	-
<b>Total de vencidas</b>	<b>6.243</b>	<b>4.875</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>	<b>37.641</b>	<b>40.575</b>	<b>24.482</b>	<b>12.644</b>

(i) Os títulos em aberto com partes relacionadas são julgados como sem risco e não impactam o cálculo de perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa.

	Controladora			
	Terceiros		Partes relacionadas (i)	
	2025	2024	2025	2024
Saldo a vencer	163.014	156.299	-	-
Vencidas:				
De 1 a 30 dias	1.865	6.415	-	-
De 31 a 60 dias	1.864	298	-	-
De 61 a 90 dias	780	684	-	-
Acima de 90 dias	8.823	8.363	-	-
<b>Total de vencidas</b>	<b>13.331</b>	<b>15.760</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>	<b>176.345</b>	<b>172.059</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Movimentação da provisão para perda do valor recuperável do contas a receber de clientes:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Em 1 de janeiro	(6.208)	(3.570)	(7.279)	(3.570)
Reversão de provisões	1.724	-	1.810	-
Constituição de provisões	(14)	(2.638)	(340)	(3.709)
<b>Em 31 de dezembro</b>	<b>(4.498)</b>	<b>(6.208)</b>	<b>(5.809)</b>	<b>(7.279)</b>

**10. Estoques:**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Produtos acabados	9.637	11.675	36.880	46.346
Matérias-primas e componentes	24.746	23.552	27.519	29.968
Produtos em elaboração	2.548	4.808	2.556	4.816
Importações em andamento	4.045	2.339	4.045	2.339
<b>Total</b>	<b>40.976</b>	<b>42.374</b>	<b>71.000</b>	<b>83.469</b>

Os estoques acima estão reduzidos pela provisão para perdas nos estoques no total de R\$ 3.566 (R\$ 5.601 em 2024) na Controladora, e de R\$ 10.275 (R\$ 8.713 em 2024) no Consolidado. A provisão é constituída com base em seu valor realizável líquido e de acordo com a data de vencimento dos produtos, tanto da matéria-prima como dos produtos acabados. Demonstramos a seguir a composição da provisão para perdas, por rubrica dos estoques:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Produtos acabados	(2.114)	(3.516)	(8.823)	(6.628)
Matérias-primas e componentes	(1.452)	(2.085)	(1.452)	(2.085)
<b>Total</b>	<b>(3.566)</b>	<b>(5.601)</b>	<b>(10.275)</b>	<b>(8.713)</b>

A movimentação na provisão para perdas nos estoques demonstrada líquida nos saldos acima está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Em 1 de janeiro	(5.601)	(3.750)	(8.713)	(5.563)
Reversão de provisões	6.324	1.117	7.546	4.486
Constituição de provisões	(4.289)	(2.968)	(9.108)	(7.636)
<b>Total</b>	<b>(3.566)</b>	<b>(5.601)</b>	<b>(10.275)</b>	<b>(8.713)</b>

**11. Impostos a recuperar:**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (i)	21.969	22.366	43.313	70.324
PIS - Programa de Integração Social	-	462	34	508
COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	1	695	158	910
FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço	24	24	31	33
IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados	650	582	650	582
Outros	6.623	1.443	6.838	1.578
<b>Total</b>	<b>29.268</b>	<b>25.472</b>	<b>51.024</b>	<b>73.935</b>

Ativo circulante 14.971 10.759 15.376 38.027

Ativo não circulante 14.297 14.713 35.649 35.908

(i) Em 03/02/2025, o STF julgou o RE nº 1.490.708/SP, com repercussão geral reconhecida sob o Tema 1367, para reafirmar que a inconstitucionalidade da cobrança de ICMS sobre a transferência de mercadorias entre estabelecimentos pertencentes ao mesmo contribuinte, situados em unidades federativas distintas, tem efeitos a partir do exercício financeiro de 2024, ressalvados os processos administrativos e judiciais pendentes de conclusão até a data de publicação da ata de julgamento da decisão de mérito da ADC 49 (29.04.2021). Em abril de 2021, o STF já havia julgado a ADC 49, reconhecendo que não incide ICMS nas transferências interestaduais de mercadorias entre estabelecimentos do mesmo contribuinte, modulando os efeitos da decisão nos termos destacados acima. Todavia, o Tribunal de Justiça de São Paulo proferiu acórdão aplicando o entendimento do STF para operações realizadas antes de 2024, independentemente da existência de processos em curso até 29 de abril de 2021, o que provocou novo pronunciamento do STF para reafirmar a modulação temporal de efeitos estabelecida na ADC49. Em 2024, a Companhia analisou os efeitos da modulação definida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e reconheceu, em 31 de dezembro de 2024, uma perda no montante de R\$ 14.931, referente à baixa do saldo de ICMS a recuperar, registrada em contrapartida a outras despesas operacionais no resultado do exercício. No exercício de 2025, após novos desdobramentos e decisões, publicados pelo STF (Superior Tribunal Federal) no segundo semestre de 2025, a Companhia procedeu ao estorno da referida provisão, reconhecendo seus efeitos no resultado do exercício de 2025, veja nota explicativa 26.

**12. Outros ativos:**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Outros ativos - partes relacionadas (nota 13)	16.662	14.279	16.662	14.279
Adiantamento a colaboradores	660	594	1.212	1.077
Despesas a apropriar	1.247	1.835	1.262	2.601
Outros	1.153	1.376	1.610	2.595
<b>Total</b>	<b>19.723</b>	<b>18.084</b>	<b>20.746</b>	<b>20.552</b>

Ativo circulante 2.114 3.122 2.873 5.402

Ativo não circulante 17.609 14.962 17.873 15.150

**Total** 19.723 18.084 20.746 20.552

**13. Partes relacionadas:** As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas, e em condições acordadas entre elas:

**a) Composição dos saldos de ativos e passivos com partes relacionadas:**

Cellera Farmacêutica S.A.

	Controladora		Aquisições	Baixa	Transfêrência	Adição Depreciação	Baixa depreciação	Saldo contábil 31/12/2025
	2025	2024						
<b>Ativo</b>								
<b>Cientes de contas a receber e outros recebíveis (nota 9)</b>								
Cellera Consumo Ltda.	24.482	12.644	2.550	-	-	-	-	2.550
<b>Conta corrente - Partes relacionadas</b>								
Cellera Consumo Ltda. (ii)	137.824	141.097	29.223	-	0	(837)	-	28.386
<b>Mútuo a receber - Partes relacionadas</b>								
Cellera Consumo Ltda. (iii)	20.249	15.638	2.998	-	17	(1.190)	-	1.825
<b>Outros ativos (nota 12) e Patrimônio Líquido (nota 23)</b>								
Omliton Visconde Júnior (i)	29.886	27.502	17.577	46	(465)	1.067	(3.040)	15.398
Total Ativo	212.440	196.881	4.512	15.109	-	(1.598)	-	18.023
			2.634	69	(55)	514	(621)	2.569
			6.995	2.268	(7.064)	-	(1.691)	509
<b>Total</b>			<b>66.489</b>	<b>17.492</b>	<b>(7.584)</b>	<b>-</b>	<b>(7.379)</b>	<b>69.259</b>

**Passivo**

**Fornecedores e outras contas a pagar (nota 17)**

	Controladora		Aquisições	Baixa	Transfêrência	Adição Depreciação	Baixa depreciação	Saldo contábil 31/12/2024
	2025	2024						
Cellera Consumo Ltda.	(12.573)	-	2.550	-	-	-	-	2.550
Total Passivo	(12.573)	-	30.060	-	-	(837)	-	29.223

(i) Os saldos referem-se à recebíveis do acionista Omliton Visconde Júnior, remunerados à IPCA + 5% a.a., reconhecidos em contrapartida à conta de reserva de capital no patrimônio líquido como transação com acionista não controlador, conforme previsto em Ata de Assembleia Geral Extraordinária de 2017. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo é composto por R\$ 16.662 registrado na rubrica de outros ativos (Nota 12) e R\$ 13.224 referente a capital a integralizar (Nota 23). (ii) A Companhia mantém transações conta corrente com a controlada Cellera Consumo Ltda., cujos recebimentos são esperados para um período superior a 12 meses. Ao final do exercício de 2024 o Grupo determinou que o conta corrente seria corrigido à taxa de 29,48%, condizentes à média de captação dos passivos com terceiros, com efeito retrospectivo desde a formação do ativo, de tal forma que o ônus financeiro das captações fosse compartilhado de maneira equânime entre as entidades do Grupo. A modificação nos termos dos recebíveis resultou em um impacto de R\$ 41.600 no resultado do exercício de 2025 (R\$ 44.120 em 2024) e reconhecido em contrapartida à linha de juros passivos em despesas financeiras. (iii) A Companhia mantém transações de mútuo com a controlada Cellera Consumo Ltda., cujos recebimentos são esperados para um período inferior a 12 meses. Os saldos ativos na controladora são corrigidos por 29,48% ao ano em 31 de dezembro de 2024 (o mútuo era corrigido pela SELIC). Ao final do exercício de 2024 o Grupo determinou que o mútuo seria corrigido à taxa de 29,48%, condizentes à média de captação dos passivos com terceiros, com efeito retrospectivo desde a formação dos ativos, de tal forma que o ônus financeiro das captações fosse compartilhado de maneira equânime entre as entidades do Grupo. A modificação nos termos dos recebíveis resultou em um impacto de R\$ 20.248 no resultado do exercício de 2025 (R\$ 15.638 em 2024), reconhecido em contrapartida à linha de juros com partes relacionadas em receitas financeiras. O mútuo foi quitado em sua totalidade no início do ano de 2026 no total de R\$ 20.248. **b) Transações com partes relacionadas que afetaram o resultado:**

	Controladora		Aquisições	Baixa	Transfêrência	Adição Depreciação	Baixa depreciação	Saldo contábil 31/12/2025
	2025	2024						
Terrenos	2.550	-	-	-	-	-	-	2.550
Edificações	29.223	4	-	-	-	(840)	-	28.387
Instalações	2.998	-	(2)	19	(1.191)	-	-	1.824
Máquinas e equipamentos	17.576	54	(359)	1.166	(3.039)	-	-	15.398
Imobilizado em andamento	4.760	14.994	(1)	(1.731)	-	-	-	18.022
Móveis, utensílios e outros	2.641	56	(49)	546	(626)	-	-	2.570
Direito de uso	7.007	6.885	(4.531)	-	(4.470)	-	-	8.771
<b>Total</b>	<b>66.755</b>	<b>21.993</b>	<b>(4.942)</b>	<b>-</b>	<b>(10.166)</b>	<b>3.882</b>	<b>-</b>	<b>77.522</b>

A Administração não identificou no ano de 2025 nenhum fato relevante que pudesse alterar a vida útil de seus ativos. O imobilizado em andamento compreende projetos de investimento ainda não concluídos, concentrados predominantemente nas instalações industriais da Companhia. Esses projetos abrangem a aquisição de novos equipamentos destinados à melhoria dos processos de produção e controle de qualidade, bem como obras e intervenções de infraestrutura nas instalações fabris e no edifício administrativo. Os valores registrados nessa rubrica serão transferidos para as categorias definitivas do ativo imobilizado quando os respectivos ativos estiverem disponíveis para uso, momento a partir do qual se iniciará o reconhecimento da depreciação. Durante o exercício de 2025, peritos independentes avaliaram os bens móveis e imóveis, os quais utilizaram premissas relacionadas a valor de mercado, localização e potencial de uso dos ativos, mas não identificaram indicadores para teste de redução do valor recuperável de seus ativos. Em 2025 houve a migração dos contratos da frota da Cellera Farma para a Cellera Consumo. O Grupo tem bens em garantia no montante de R\$40 milhões, atrelados a contratos de fornecimento com vigência até 29 de setembro de 2027. **16. Intangíveis:**

	Controladora		Aquisições	Baixa	Transfêrência	Amortização	Saldo contábil 31/12/2024
	2025	2024					
Ágio (i)	14.371	-	-	-	-	-	14.371
Marcas, patentes e licenças (ii)	78.256	-	-	-	-	(8.945)	69.311
Software	3.254	111	649	(729)	-	-	3.285
Outros	2.950	354	450	(408)	-	-	3.346
Intangível em andamento	1.542	308	(925)	-	-	-	925
<b>Total</b>	<b>100.373</b>	<b>773</b>	<b>174</b>	<b>(10.082)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>91.238</b>

(i) Os títulos em aberto com partes relacionadas são julgados como sem risco e não impactam o cálculo de perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa.

**17. Fornecedores e outras contas a pagar:**

	Controladora		Aquisições	Baixa	Transfêrência	Amortização	Saldo contábil 31/12/2025
	2025	2024					
Ágio (i)	14.371	-	-	-	-	-	14.371
Marcas, patentes e licenças (ii)	78.256	-	-	-	-	(8.945)	69.311
Software	3.254	111	649	(729)	-	-	3.285
Outros	2.950	354	450	(408)	-	-	3.346
Intangível em andamento	1.542	308	(925)	-	-	-	925
<b>Total</b>	<b>100.373</b>	<b>773</b>	<b>174</b>	<b>(10.082)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>91.238</b>

Em 1º de janeiro

Juros incorridos (i)

Pagamento de mútuo

Mútuo concedido

**Total**

continuação \*

Cellera Farmacêutica S.A.

balanço patrimonial, o Grupo desagregará o ágio e outros ativos intangíveis e os apresentará separadamente no balanço patrimonial. O Grupo não espera que haja mudança significativa nas informações que são atualmente divulgadas nas notas explicativas, uma vez que o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado; no entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação. Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para: (i) medidas de desempenho definidas pela administração; (ii) abertura da natureza de determinadas linhas de despesas apresentadas por função na categoria operacional da demonstração de resultado; e (iii) para o primeiro ano de aplicação do CPC 51, uma reconciliação para cada linha da demonstração de resultado entre os valores reapresentados pela aplicação CPC 51 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação do IAS 1 (CPC 26 (R1)). No que se refere à demonstração dos fluxos de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento. A nova norma tem vigência a partir de 1 de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas de acordo com o CPC 51. Não se espera que essas novas normas e alterações de normas tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Não há outras normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) ou interpretações IFRIC que ainda não tenham entrado em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo. **8. Caixa e equivalentes de caixa:**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Banco e caixa (i)	761	1.424	3.056	6.549
Aplicações financeiras (ii)	1.264	10.194	6.123	24.354
<b>Total</b>	<b>2.025</b>	<b>11.618</b>	<b>9.179</b>	<b>30.903</b>

(i) Os saldos em Banco e Caixa são para obrigações de curto prazo e não existe expectativa para utilização em investimentos ou outros propósitos. (ii) Referem-se a fundos de renda fixa e fundos referenciados DI(s), remunerados a taxas que estão entre 100% da variação do CDI, com liquidez diária, em 2024. Em 2025, referem-se à remuneração "floating" pelo saldo médio mantido em conta corrente, remunerados a taxas que estão entre 85% da variação do CDI, com liquidez diária. Esses investimentos não estão sujeitos a nenhum risco de perda do valor principal aplicado.

**9. Contas a receber de clientes e outros recebíveis:**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Contas a receber de clientes	37.641	40.575	176.344	172.059
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 14)	24.482	12.644	-	-
(-) Perda estimadas com crédito de liquidação duvidosa	(4.498)	(6.208)	(5.809)	(7.279)
<b>Total</b>	<b>57.625</b>	<b>47.011</b>	<b>170.535</b>	<b>164.780</b>

A exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras é o valor contábil de cada faixa de idade de vencimento. A lista de contas a receber de clientes por idade de vencimento é apresentada a seguir:

	Controladora			
	Terceiros		Partes relacionadas (i)	
	2025	2024	2025	2024
A vencer	31.398	35.700	24.482	12.644
Vencidas:				
De 1 a 30 dias	673	3.190	-	-
De 31 a 60 dias	95	4	-	-
De 61 a 90 dias	85	6	-	-
Acima de 90 dias	5.390	1.675	-	-
<b>Total de vencidas</b>	<b>6.243</b>	<b>4.875</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>	<b>37.641</b>	<b>40.575</b>	<b>24.482</b>	<b>12.644</b>

	Controladora			
	Terceiros		Partes relacionadas (i)	
	2025	2024	2025	2024
Vencidas:				
De 1 a 30 dias	1.865	6.415	-	-
De 31 a 60 dias	1.864	298	-	-
De 61 a 90 dias	780	684	-	-
Acima de 90 dias	8.823	8.363	-	-
<b>Total de vencidas</b>	<b>13.331</b>	<b>15.760</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>	<b>176.345</b>	<b>172.059</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

(i) Os títulos em aberto com partes relacionadas são julgados como sem risco e não impactam o cálculo de perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa.

**Saldo a vencer**

	Controladora			
	Terceiros		Partes relacionadas (i)	
	2025	2024	2025	2024
Vencidas:				
De 1 a 30 dias	1.865	6.415	-	-
De 31 a 60 dias	1.864	298	-	-
De 61 a 90 dias	780	684	-	-
Acima de 90 dias	8.823	8.363	-	-
<b>Total de vencidas</b>	<b>13.331</b>	<b>15.760</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>	<b>176.345</b>	<b>172.059</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Movimentação da provisão para perda do valor recuperável do contas a receber de clientes:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Em 1 de janeiro	(6.208)	(3.570)	(7.279)	(3.570)
Reversão de provisões	1.724	-	1.810	-
Constituição de provisões	(14)	(2.638)	(340)	(3.709)
<b>Em 31 de dezembro</b>	<b>(4.498)</b>	<b>(6.208)</b>	<b>(5.809)</b>	<b>(7.279)</b>

**10. Estoques:**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Produtos acabados	9.637	11.675	36.880	46.346
Matérias-primas e componentes	24.746	23.552	27.519	29.968
Produtos em elaboração	2.548	4.808	2.556	4.816
Importações em andamento	4.045	2.339	4.045	2.339
<b>Total</b>	<b>40.976</b>	<b>42.374</b>	<b>71.000</b>	<b>83.469</b>

Os estoques acima estão reduzidos pela provisão para perdas nos estoques no total de R\$ 3.566 (R\$ 5.601 em 2024) na Controladora, e de R\$ 10.275 (R\$ 8.713 em 2024) no Consolidado. A provisão é constituída com base em seu valor realizável líquido e de acordo com a data de vencimento dos produtos, tanto da matéria-prima como dos produtos acabados. Demonstramos a seguir a composição da provisão para perdas, por rubrica dos estoques:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Produtos acabados	(2.114)	(3.516)	(8.823)	(6.628)
Matérias-primas e componentes	(1.452)	(2.085)	(1.452)	(2.085)
<b>Total</b>	<b>(3.566)</b>	<b>(5.601)</b>	<b>(10.275)</b>	<b>(8.713)</b>

A movimentação na provisão para perdas nos estoques demonstrada líquida nos saldos acima está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Em 1 de janeiro	(5.601)	(3.750)	(8.713)	(5.563)
Reversão de provisões	6.324	1.117	7.546	4.486
Constituição de provisões	(4.289)	(2.968)	(9.108)	(7.336)
<b>Total</b>	<b>(3.566)</b>	<b>(5.601)</b>	<b>(10.275)</b>	<b>(8.713)</b>

**11. Impostos a recuperar:**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (i)	21.969	22.366	43.313	70.324
PIS - Programa de Integração Social	-	462	34	508
COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	1	695	158	910
FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço	24	24	31	33
IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados	650	582	650	582
Outros	6.623	1.443	6.838	1.578
<b>Total</b>	<b>29.268</b>	<b>25.472</b>	<b>51.024</b>	<b>73.935</b>
Ativo circulante	14.971	10.759	15.376	38.027
Ativo não circulante	14.297	14.713	35.649	35.908

(i) Em 03/02/2025, o STF julgou o RE nº 1.490.708/SP, com repercussão geral reconhecida sob o Tema 1367, para reafirmar que a inconstitucionalidade da cobrança de ICMS sobre a transferência de mercadorias entre estabelecimentos pertencentes ao mesmo contribuinte, situados em unidades federativas distintas, tem efeitos a partir do exercício financeiro de 2024, ressalvados os processos administrativos e judiciais pendentes de conclusão até a data de publicação da ata de julgamento da decisão de mérito da ADC 49 (29.04.2021). Em abril de 2021, o STF já havia julgado a ADC 49, reconhecendo que não incide ICMS nas transferências interestaduais de mercadorias entre estabelecimentos do mesmo contribuinte, modulando os efeitos da decisão nos termos destacados acima. Todavia, o Tribunal de Justiça de São Paulo proferiu acórdão aplicando o entendimento do STF para operações realizadas antes de 2024, independentemente da existência de processos em curso até 29 de abril de 2021, o que provocou novo pronunciamento do STF para reafirmar a modulação temporal de efeitos estabelecida na ADC49. Em 2024, a Companhia analisou os efeitos da modulação definida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e reconheceu, em 31 de dezembro de 2024, uma perda no montante de R\$ 14.931, referente à baixa do saldo de ICMS a recuperar, registrada em contrapartida a outras despesas operacionais no resultado do exercício. No exercício de 2025, após novos desdobramentos e decisões, publicados pelo STF (Superior Tribunal Federal) no segundo semestre de 2025, a Companhia procedeu ao estorno da referida provisão, reconhecendo seus efeitos no resultado do exercício de 2025, veja nota explicativa 26.

**12. Outros ativos:**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Outros ativos - partes relacionadas (nota 13)	16.662	14.279	16.662	14.279
Adiantamento a colaboradores	660	594	1.212	1.077
Despesas a apropriar	1.247	1.835	1.262	2.601
Outros	1.153	1.376	1.610	2.595
<b>Total</b>	<b>19.723</b>	<b>18.084</b>	<b>20.746</b>	<b>20.552</b>
Ativo circulante	2.114	3.122	2.873	5.402
Ativo não circulante	17.609	14.962	17.873	15.150
<b>Total</b>	<b>19.723</b>	<b>18.084</b>	<b>20.746</b>	<b>20.552</b>

**13. Partes relacionadas:** As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas, e em condições acordadas entre elas:

**a) Composição dos saldos de ativos e passivos com partes relacionadas:**

	Controladora		Aquisições	Baixa	Transfêrência	Adição Depreciação	Baixa depreciação	Saldo contábil 31/12/2025
	2025	2024						
<b>Ativo</b>								
<b>Cientes de contas a receber e outros recebíveis (nota 9)</b>								
Cellera Consumo Ltda.	24.482	12.644	2.550	-	-	-	-	2.550
<b>Conta corrente - Partes relacionadas</b>								
Cellera Consumo Ltda. (ii)	137.824	141.097	29.223	-	0	(837)	-	28.386
<b>Mútuo a receber - Partes relacionadas</b>								
Cellera Consumo Ltda. (iii)	20.249	15.638	2.998	-	17	(1.190)	-	1.825
<b>Outros ativos (nota 12) e Patrimônio Líquido (nota 23)</b>								
Omlton Visconde Júnior (i)	29.886	27.502	17.577	46	(465)	1.067	(3.040)	15.398
Total Ativo	212.440	196.881	4.512	15.109	(1.598)	(621)	-	18.023
			2.634	69	(55)	514	(28)	2.569
			6.995	2.268	(7.064)	-	(1.691)	509
<b>Total</b>			<b>66.489</b>	<b>17.492</b>	<b>(7.584)</b>	<b>-</b>	<b>(7.379)</b>	<b>69.259</b>

**Passivo**

	Controladora		Aquisições	Baixa	Transfêrência	Adição Depreciação	Baixa depreciação	Saldo contábil 31/12/2024
	2025	2024						
<b>Fornecedores e outras contas a pagar (nota 17)</b>								
Cellera Consumo Ltda.	(12.573)	-	2.550	-	-	-	-	2.550
Total Passivo	(12.573)	-	30.060	-	-	(837)	-	29.223
			4.228	27	(790)	787	(1.332)	2.998
			16.854	3.465	(1.520)	1.159	(2.832)	451
			2.236	4.672	-	(2.148)	-	4.760
			4.073	766	(2.592)	28	(862)	1.228
			10.041	3.040	(2.144)	-	(4.626)	696
<b>Total</b>			<b>70.041</b>	<b>11.970</b>	<b>(7.046)</b>	<b>(174)</b>	<b>(10.489)</b>	<b>2.453</b>

(i) Os saldos referem-se à recebíveis do acionista Omlton Visconde Júnior, remunerados à IPCA + 5% a.a., reconhecidos em contrapartida à conta de reserva de capital no patrimônio líquido como transação com acionista não controlador, conforme previsto em Ata de Assembleia Geral Extraordinária de 2017. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo é composto por R\$ 16.662 registrado na rubrica de outros ativos (Nota 12) e R\$ 13.224 referente a capital a integralizar (Nota 23). (ii) A Companhia mantém transações conta corrente com a controlada Cellera Consumo Ltda., cujos recebimentos são esperados para um período superior a 12 meses. Ao final do exercício de 2024 o Grupo determinou que o conta corrente seria corrigido à taxa de 29,48%, condizentes à média de captação dos passivos com terceiros, com efeito retrospectivo desde a formação do ativo, de tal forma que o ônus financeiro das captações fosse compartilhado de maneira equânime entre as entidades do Grupo. A modificação nos termos dos recebíveis resultou em um impacto de R\$ 41.600 no resultado do exercício de 2025 (R\$ 44.120 em 2024) e reconhecido em contrapartida à linha de juros passivos em despesas financeiras. (iii) A Companhia mantém transações de mútuo com a controlada Cellera Consumo Ltda., cujos recebimentos são esperados para um período inferior a 12 meses. Os saldos ativos na controladora são corrigidos por 29,48% ao ano em 31 de dezembro de 2024 (o mútuo era corrigido pela SELIC). Ao final do exercício de 2024 o Grupo determinou que o mútuo seria corrigido à taxa de 29,48%, condizentes à média de captação dos passivos com terceiros, com efeito retrospectivo desde a formação dos ativos, de tal forma que o ônus financeiro das captações fosse compartilhado de maneira equânime entre as entidades do Grupo. A modificação nos termos dos recebíveis resultou em um impacto de R\$ 20.248 no resultado do exercício de 2025 (R\$ 15.638 em 2024), reconhecido em contrapartida à linha de juros com partes relacionadas em receitas financeiras. O mútuo foi quitado em sua totalidade no início do ano de 2026 no total de R\$ 20.248. **b) Transações com partes relacionadas que afetaram o resultado:**

**Recita (Nota 24)**

	Controladora		Aquisições	Baixa	Transfêrência	Adição Depreciação	Baixa depreciação	Saldo contábil 31/12/2025
	2025	2024						
Cellera Consumo Ltda.	86.980	128.641	2.550	-	-	-	-	2.550
<b>Total</b>	<b>86.980</b>	<b>128.641</b>	<b>30.060</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(837)</b>	<b>-</b>	<b>28.387</b>

	Controladora		Aquisições	Baixa	Transfêrência	Adição Depreciação	Baixa depreciação	Saldo contábil 31/12/2024
	2025	2024						
Cellera Consumo Ltda.	(73.452)	(86.161)	2.998	-	(2)	19	(1.191)	1.824
Custos dos produtos vendidos	(39.134)	(2.773)	17.576	54	(359)	1.166	(3.039)	15.398
Despesas compartilhadas	(112.586)	(88.934)	4.760	14.994	(1)	(1.731)	-	18.022
<b>Total</b>	<b>(112.586)</b>	<b>(88.934)</b>	<b>2.641</b>	<b>56</b>	<b>(49)</b>	<b>546</b>	<b>(626)</b>	<b>2</b>
<b>Recita/Despesa Financeira (nota 27)</b>			<b>7.007</b>	<b>6.885</b>	<b>(4.531)</b>	<b>-</b>	<b>(4.470)</b>	<b>3.880</b>
			<b>66.755</b>	<b>21.993</b>	<b>(4.942)</b>	<b>-</b>	<b>(10.166)</b>	<b>3.882</b>
			<b>66.755</b>	<b>21.993</b>	<b>(4.942)</b>	<b>-</b>	<b>(10.166)</b>	<b>3.882</b>

Cellera Consumo Ltda. Juros ativos com partes relacionadas Juros com conta corrente - partes relacionadas **Total** **Movimentação conta corrente a receber com partes relacionadas:**

	Controladora		Aquisições	Baixa	Transfêrência	Amortização	Saldo contábil 31/12/2024
	2025	2024					
Em 1º de janeiro	141.097	77.639	14.371	-	-	-	14.371
Juros incorridos (i)	41.400	44.120	78.256	-	-	(8.945)	69.311
Pagamento de mútuo	(67.747)	(14.062)	3.254	111			

Cellera Farmacêutica S.A.														
continuação														
Passivos controladora		Valor contábil				Valor justo								
		Valor justo - Instrumentos derivativos	Ativos financeiros a custo amortizado	Outros passivos financeiros	Total	Nível 2	Total	Risco	Nota	% provisão	Contas a receber	Provisão	Com problema de recuperação	
<b>31 de dezembro de 2025</b>								Muito baixo	5	0%	170.558	-	Não	
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo								Baixo	4	0%	119	-	Não	
Empréstimos, financiamentos e debêntures		18	-	-	263.620	263.620	263.620	Moderado	3	50%	52	26	Não	
Passivo de arrendamento		20	-	-	672	672	672	Alto	2	100%	110	53	Sim	
Fornecedores e outras contas a pagar		17	-	-	45.124	45.124	45.124	Muito alto	1	100%	5.505	5.505	Sim	
					<b>309.416</b>	<b>309.416</b>	<b>309.416</b>	<b>176.344 (5.583)</b>						
<b>Passivos controladora</b>														
<b>31 de dezembro de 2024</b>								<b>Vencimento em dias</b>						
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo								A	3	0%	170.041	-	Não	
Empréstimos, financiamentos e debêntures		18	-	-	278.719	278.719	278.719	B	2	15%	93	14	Não	
Passivo de arrendamento		20	-	-	7.853	7.853	7.853	C	1	50%	424	212	Não	
Fornecedores e outras contas a pagar		17	-	-	47.493	47.493	47.493	<b>170.588 226</b>						
					<b>334.065</b>	<b>334.065</b>	<b>334.065</b>	<b>5.785 5.583</b>						
<b>Ativos consolidados</b>														
<b>31 de dezembro de 2025</b>								<b>Total</b>						
Ativos financeiros mensurados ao valor justo								<b>176.344 5.809</b>						
Instrumentos financeiros derivativos			314	-	-	314	314							
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo			314	-	-	314	314							
Caixa e equivalentes de caixa		8	-	9.179	-	9.179	-							
Contas a receber de clientes e outros recebíveis		9	-	170.535	-	170.535	-							
Outros ativos		12	-	20.746	-	20.746	-							
<b>Total</b>				<b>200.460</b>		<b>200.460</b>								
<b>Passivos consolidados</b>														
<b>31 de dezembro de 2024</b>								<b>Controladora</b>						
Ativos financeiros mensurados ao valor justo								<b>Consolidado</b>						
Instrumentos financeiros derivativos			2.059	-	-	2.059	2.059	Nota		2025	2024	2025	2024	
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo			2.059	-	-	2.059	2.059	8		2.025	11.618	9.179	30.903	
Caixa e equivalentes de caixa		8	-	30.903	-	30.903	-			<b>2.025</b>	<b>11.618</b>	<b>9.179</b>	<b>30.903</b>	
Contas a receber de clientes e outros recebíveis		9	-	164.780	-	164.780	-							
Outros ativos		12	-	20.552	-	20.552	-							
<b>Total</b>				<b>216.235</b>		<b>216.235</b>								
<b>Passivos consolidados</b>														
<b>31 de dezembro de 2025</b>								<b>Controladora</b>						
Ativos financeiros mensurados ao valor justo								<b>Consolidado</b>						
Instrumentos financeiros derivativos			2.059	-	-	2.059	2.059	Menos de um ano		Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo			2.059	-	-	2.059	2.059							
Caixa e equivalentes de caixa		8	-	30.903	-	30.903	-							
Contas a receber de clientes e outros recebíveis		9	-	164.780	-	164.780	-							
Outros ativos		12	-	20.552	-	20.552	-							
<b>Total</b>				<b>216.235</b>		<b>216.235</b>								
<b>Passivos consolidados</b>														
<b>31 de dezembro de 2024</b>								<b>Controladora</b>						
Ativos financeiros mensurados ao valor justo								<b>Consolidado</b>						
Instrumentos financeiros derivativos			2.059	-	-	2.059	2.059	Menos de um ano		Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo			2.059	-	-	2.059	2.059							
Caixa e equivalentes de caixa		8	-	30.903	-	30.903	-							
Contas a receber de clientes e outros recebíveis		9	-	164.780	-	164.780	-							
Outros ativos		12	-	20.552	-	20.552	-							
<b>Total</b>				<b>216.235</b>		<b>216.235</b>								
<b>Passivos consolidados</b>														
<b>31 de dezembro de 2025</b>								<b>Controladora</b>						
Ativos financeiros mensurados ao valor justo								<b>Consolidado</b>						
Instrumentos financeiros derivativos			2.059	-	-	2.059	2.059	Menos de um ano		Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo			2.059	-	-	2.059	2.059							
Caixa e equivalentes de caixa		8	-	30.903	-	30.903	-							
Contas a receber de clientes e outros recebíveis		9	-	164.780	-	164.780	-							
Outros ativos		12	-	20.552	-	20.552	-							
<b>Total</b>				<b>216.235</b>		<b>216.235</b>								
<b>Passivos consolidados</b>														
<b>31 de dezembro de 2024</b>								<b>Controladora</b>						
Ativos financeiros mensurados ao valor justo								<b>Consolidado</b>						
Instrumentos financeiros derivativos			2.059	-	-	2.059	2.059	Menos de um ano		Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo			2.059	-	-	2.059	2.059							
Caixa e equivalentes de caixa		8	-	30.903	-	30.903	-							
Contas a receber de clientes e outros recebíveis		9	-	164.780	-	164.780	-							
Outros ativos		12	-	20.552	-	20.552	-							
<b>Total</b>				<b>216.235</b>		<b>216.235</b>								
<b>Passivos consolidados</b>														

**Risco**: Segundo nível: Desconsiderando os títulos do primeiro nível classificados como vencidos, a classificação de segundo nível é realizada com base em associações de créditos. Com base no Rating, a Administração atribuiu notas de 1 a 5, e utilizou a média dos doze últimos meses, de forma a determinar o percentual de a ser aplicado para fins de redução do valor recuperável. Abaixo quadro que demonstra a classificação de risco definida pelo Grupo.

**Vencimento em dias**: A administração atribuiu notas de 1 a 5, e utilizou a média dos doze últimos meses, de forma a determinar o percentual de a ser aplicado para fins de redução do valor recuperável. Abaixo quadro que demonstra a classificação de risco definida pelo Grupo.

**Caixa e equivalentes de caixa**: O Grupo mantém o "Caixa e equivalentes de caixa" com bancos e instituições financeiras que possuem rating superior a BB-, baseado na agência de rating Standard & Poor's Global Ratings.

**Risco de liquidez**: Risco de liquidez é o risco de que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. O objetivo do Grupo ao administrar a liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inevitáveis ou risco de prejudicar a reputação do Grupo. O Grupo busca manter o nível de seu "Caixa e equivalentes de caixa" e outros investimentos com mercado ativo em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de passivos financeiros (exceto "Fornecedores"). O Grupo monitora também o nível esperado de entradas de caixa proveniente do "Contas a receber de clientes e outros recebíveis" em conjunto com as saídas esperadas de caixa relacionadas a "Fornecedores e outras contas a pagar". A tabela a seguir analisa os passivos do Grupo em uma base líquida, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

**Risco de mercado**: Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos do Grupo ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. O Grupo utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pelo Comitê de Gerenciamento de Risco. Geralmente, o Grupo busca aplicar contabilidade de hedge para gerenciar a volatilidade no resultado. **Risco cambial**: O Grupo está exposto ao risco cambial de operações estrangeiras decorrente de diferenças entre as moedas nas quais as compras e empréstimos e financiamentos são denominados, e a respectiva moeda funcional do Grupo (Real). Em 2025, o Grupo mantém uma linha de FINIMP com base em um contrato a termo de moedas no intuito de mitigar eventuais riscos cambiais, linha utilizada para importação de insumos essenciais para processo produtivo do grupo.

**Análise de sensibilidade**: Uma variação (desvalorização) razoavelmente possível do Real contra todas as outras moedas em 31 de dezembro, teriam afetado a mensuração dos instrumentos financeiros denominados em moeda estrangeira e afetado o patrimônio líquido e o resultado pelos montantes demonstrados abaixo. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente as taxas de juros, permanecem constantes e ignoram qualquer impacto da previsão de vendas e compras.

Moeda (variação cambial)	Controladora				Consolidado			
	25%	50%	25%	50%	25%	50%	25%	50%
USD	21.880	14.586	(36.466)	(43.759)	(21.880)	(14.586)	36.466	43.759
- A taxa de câmbio considerada como cenário provável foi de R\$ 6,19/USD. - A variação de aproximadamente 25% corresponde às taxas de R\$ 4,64 (valorização) e R\$ 7,74 (desvalorização). - A variação de aproximadamente 50% corresponde às taxas de R\$ 3,10 (valorização) e R\$ 9,29 (desvalorização). - Os passivos em USD totalizavam US\$ 4.711 mil (soma de fornecedores e FINIMP).								
USD	22.950	15.300	(38.250)	(45.900)	(22.950)	(15.300)	38.250	45.900
- A taxa de câmbio considerada como cenário provável foi de R\$ 5,50/USD. - A variação de aproximadamente 25% corresponde às taxas de R\$ 4,13 (valorização) e R\$ 6,88 (desvalorização). - A variação de aproximadamente 50% corresponde às taxas de R\$ 2,75 (valorização) e R\$ 8,25 (desvalorização). - Os passivos em USD totalizavam US\$ 5.561 mil (soma de fornecedores e FINIMP).								

**Gerenciamento de capital**: Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e beneficiários às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. O Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida com instituições financeiras, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, financiamentos e debêntures (de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. A Administração não considera no cálculo da sua dívida líquida o passivo de arrendamento. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2025 e 2024 podem ser assim sumarizados:

	Nota	2025	2024	2025	2024
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	263.549	278.719	246.848	278.719
Passivo de arrendamento	20	672	7.853	9.687	7.853
Caixa e equivalentes de caixa	8	(2.025)	(11.618)	(9.179)	(30.903)
Dívida líquida		262.196	274.953	247.356	255.669
Total do patrimônio líquido	23	113.189	105.182	113.189	105.182
<b>Total do capital</b>		<b>375.385</b>	<b>380.136</b>	<b>360.545</b>	<b>360.851</b>
Índice de alavancagem financeira (%)		69,84%	72,33%	68,60%	70,85%

**Gerenciamento dos riscos financeiros**: O Grupo está exposto aos seguintes riscos financeiros: **Risco de crédito**; **Risco de liquidez**; **Risco de mercado (risco de moeda e juros)**. *i. Estrutura de gerenciamento de riscos*: O Conselho de Administração tem a responsabilidade de estabelecer a estrutura de gerenciamento de riscos, bem como de desenvolver e acompanhar as políticas de gerenciamento de riscos do Grupo. Essas políticas são estabelecidas para identificar os riscos que o Grupo enfrenta e definir limites, controles, monitoramento e aderência aos limites apropriados. As políticas e sistemas de gerenciamento de risco são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo. Este, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, visa a desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os colaboradores entendam seus papéis e obrigações. *ii. Risco de crédito*: Risco de crédito é o risco de o Grupo incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros do Grupo. Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros reconhecidas no resultado foram as seguintes:

	Controladora	Consolidado	
	2025	2024	
Em 31 de dezembro	9	(4.498)	(6.208)
		(5.809)	(7.279)

**Contas a receber**: A exposição do Grupo ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria. O Comitê de Gerenciamento de Risco estabeleceu uma política de crédito na qual cada novo cliente é analisado individualmente quanto à sua condição financeira antes de o Grupo apresentar uma proposta de limite de crédito e termos de pagamento. A revisão é efetuada pelo Grupo incluí a avaliação de ratings externos, quando disponíveis, demonstrações financeiras, informações de agências de crédito, informações da indústria, e, em alguns casos, referências bancárias. Limites de crédito são estabelecidos para cada cliente e são revisados trimestralmente. Vendas que eventualmente excedam esses limites exigem aprovação do Comitê de Gerenciamento de Risco. O Grupo limita a sua exposição ao risco de crédito de contas a receber, estabelecendo um prazo máximo de pagamento de um e três meses para clientes individuais. Mais de 80% dos clientes do Grupo vêm operando por mais de 4 anos, e nenhum desses saldos de clientes foi baixado ou apresentou problemas de recuperação na data do balanço (grupo 2 na tabela abaixo). No monitoramento do risco de crédito, os clientes são agrupados de acordo com suas características de crédito, histórico de negociação com o Grupo, e existência de dificuldades financeiras no passado. A tabela abaixo apresenta uma análise do contas a receber:

	Controladora	Consolidado
	2025	2024
Contrapartes sem classificação externa de crédito		
Grupo 1	-	531
Grupo 2	31.905	45.496
Grupo 3	5.736	7.192
<b>Total de contas a receber de clientes</b>	<b>37.641</b>	<b>53.219</b>

**Grupo 1 - Novos clientes**. **Grupo 2 - Clientes existentes sem inadimplência no passado**. **Grupo 3 - Clientes existentes com algumas inadimplências no passado**. **Avaliação da perda esperada de crédito para clientes individuais**: O Grupo utiliza de uma matriz de provisão composta de dois níveis para mensuração da perda de crédito esperada com contas a receber de clientes individuais, utilizando no primeiro nível fonte interna de avaliação de risco com base no histórico de títulos em atraso, e em segundo nível, fontes externas de avaliação de risco de liquidez. **Primeiro nível**: A Classificação de primeiro nível é realizada com base em informações internas históricas e posições de atrasos em cada período, atribuindo nota de 1 a 5 com base no vencimento de cada título, aplica-se um percentual de redução do valor recuperável, conforme quadro abaixo:

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Aos Administradores e Acionistas **Cellera Farmacêutica S.A. Opinião**: Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Cellera Farmacêutica S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e sua controlada ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e sua controlada em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião**: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos - Valores correspondentes ao exercício anterior**: O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 30 de abril de 2025, sem ressalvas. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor**: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 02/04/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)



continuação

## Cellera Farmacêutica S.A.

administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e sua controlada, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais

de auditoria Cellera Farmacêutica S.A. sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada, em seu conjunto. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de

auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Campinas, 31 de março de 2026

**PwC** PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 25P027613/F-1

José Nestor Gava Filho  
Contador  
CRC 15P248379/O-7

## Publique no Data Mercantil!

*A decisão certa em todos os momentos.*



Acesse nosso site pelo link abaixo  
ou apontando a câmera do seu  
celular no QRcode ao lado.

[datamercantil.com.br](http://datamercantil.com.br)

☎ Contato: (11) 3361-8833

✉ Orçamentos: [comercial@datamercantil.com.br](mailto:comercial@datamercantil.com.br)

# DATA MERCANTIL

São Paulo



Documento assinado e  
certificado digitalmente  
Conforme MP 2.200-2  
de 24/08/2001 Confira ao  
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 02/04/2026

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do  
**Journal Data Mercantil**, apontando a câmera  
do seu celular no QR Code, ou acesse o link:  
[www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)

